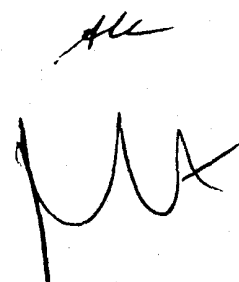


PROTOCOLO



Considerando que:

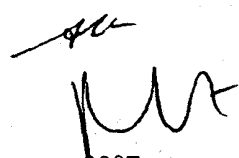
Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz se enquadram, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma célere e económica para as partes e, em simultâneo, promover o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;



Das conclusões apresentadas, deliberou-se, criar quatro novos julgados de paz em 2007, 2008 e 2009 em regime de co-financiamento;

O Município do Funchal manifestou vontade em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Câmara de Lobos e Funchal;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa, e o Município do Funchal, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Miguel Filipe Machado de Albuquerque, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz do Município do Funchal, inserido no agrupamento de concelhos de Câmara de Lobos e Funchal, que abrange todas as freguesias dos Concelhos, o qual ficará localizado na Rua dos Ilheús, 1, no Funchal.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juizes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;
- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

TERCEIRA

Compete ao Município do Funchal:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
 - Gabinete dos juizes de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de mediação;
 - Sala de pré-mediação;
 - Sala de espera/ Sala de testemunhas;
 - Sala de apoio administrativo;
 - Sala de atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do Julgado de Paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um juiz de paz;

- 46*
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n° 1 do artigo 33° da Lei n° 78/2001, de 13 de Julho;
 - c) Dois elementos no serviço de atendimento;
 - d) Dois elementos no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

O horário de funcionamento e de atendimento do julgado de paz é das 10 horas às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.

2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.


SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

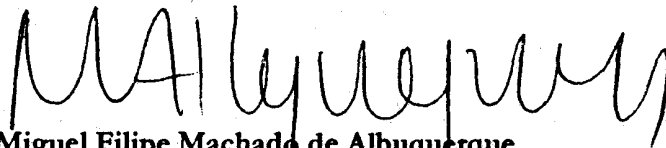
Lisboa, aos vinte e três dias do mês de Julho de dois mil e nove

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DO FUNCHAL



Miguel Filipe Machado de Albuquerque
Presidente da Câmara Municipal